

Novas perspectivas



Chissano e Dhlakama: acordo de paz viabilizou as primeiras eleições livres do país

As primeiras eleições gerais na história de Moçambique, ganhas pela Frelimo – partido que conduziu o país à independência e está desde então no poder – renovam a esperança de que a paz se torne agora duradoura

José Abreu

Em 27 de outubro Moçambique teve as primeiras eleições presidenciais e legislativas de sua história, não sem antes passar por diversos e trágicos percalços no caminho da democracia.

A questão que estava colocada não era propriamente saber quem seria o novo presidente, pois tudo indicava que um acordo ao estilo sul-africano levaria mesmo Joaquim Chissano, o atual mandatário e vencedor do pleito, a compartilhar o poder com seu arquiinimigo, o rebelde Afonso Dhlakama, em prol da paz. Interessante era conhecer o resultado das apurações para a Assembléia da República, que poderia distribuir o poder entre as duas forças majoritárias de maneira surpreendente e imprevisível.

Até alcançar a paz definitiva, assinada em 7 de setembro de 1992 entre o governo da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) e a rebelde Renamo (Resistência Nacional Moçambicana), o país passou por agressões militares da então Rodésia (hoje Zimbábue) e do governo da África do Sul. E viu literalmente minados os seus planos de desenvolvimento pela guerra travada entre a Renamo de Afonso Dhlakama – que supostamente defendia o estilo de vida tradicional e a liberdade de mercado – e o governo, que tentou instalar um modelo de desenvolvimento baseado no socialismo científico e inútilmente quebrar o sistema tradicional de produção africano, agrupando a população em aldeias comunais.

O saldo desta disputa, agravada pelas agressões do *apartheid* sul-africano, foi um milhão de mortos, outros dois milhões de deslocados dentro e fora do país, um terço da população mutilada e uma infinidade de males que colocaram Moçambique no primeiro lugar no índice de sofrimento humano, na avaliação das Nações Unidas.

Acordo põe fim à guerra – Com o Acordo de Lusaka, em 1992, e após as conversações de Roma neste mesmo ano, os dois lados firmaram a paz que,



Os danos materiais e perdas humanas foram enormes durante os anos de luta contra a Renamo. Hoje, um dos maiores desafios do processo de pacificação é a desmobilização e desarmamento das tropas governamentais e do grupo rebelde (foto abaixo)

até o presente momento, se revela duradoura. Evidentemente as acusações pelos crimes de guerra perduram, mesmo que de maneira informal. Todos sabem que a Renamo foi a responsável pela destruição sistemática e irracional da infra-estrutura do país a partir dos anos 80, bem como pelos massacres contra camponeses indefesos, que compõem 80% da população.

A Frelimo tem um elevado conceito na África por ter sempre e corajosamente apoiado o Congresso Nacional Africano (CNA), atuando decisivamente na luta de Nelson Mandela contra o regime racista da vizinha – e rica – África do Sul, mas, internamente, enfrenta problemas de corrupção e má administração. Além do mais, o fato de ter ousado quebrar o sistema tribal e de chefes tradicionais, substituindo-o por aldeias comunais, gerou inimigos dentro do próprio país, avessos às idéias de modernização.

Mas os tempos mudaram, o *apartheid* foi desmontado, o povo moçambicano cansou da guerra e a trégua entre a Renamo e o governo se tornou realidade. O presidente moçambicano, Joaquim Chissano, e o líder Afonso Dhlakama chamaram as Nações Unidas para monitorarem o processo de paz e ajudar o país a recuperar-se de 17 anos de sofrimento, bem como instaurar um processo democrático que desembocou nas eleições.

O fantasma de Angola – Para Dhlakama e a Renamo, principalmente, a virtual ocupação territorial representada pela Operação das Nações Unidas em Moçambique (Onumoz) rendeu

bons frutos. Do semi-anonimato a que lhe era relegado no cenário internacional, Dhlakama conseguiu e ainda consegue muito mais do que o seu movimento aparenta ser e ter.

Ciente de que não possui quadros para governar, manobrou politicamente de modo a obter *status* e prestígio idênticos aos do presidente da nação muito antes do processo eleitoral, recebendo ainda cuidados especiais para com as áreas sob seu controle.

Embora sempre ressalte que não é “nenhum Savimbi” (líder do movimento rebelde angolano que recusou o resultado das urnas e reiniciou a guerrilha contra o governo), Dhlakama, no primeiro dia de votações, fez renascer o fantasma que rondava as eleições em Moçambique – o de repetir o fracasso de Angola – ao declarar um boicote ao pleito, alegando supostas fraudes.

Numa atitude considerada pelos analistas como uma manobra para evitar o fiasco da derrota e ganhar tempo para barganhar mais privilégios, Dhlakama invocou a intenção de fraude por parte do atual presidente.

O anúncio recebeu repúdio generalizado, tanto interno quanto externo, e levou o próprio secretário-geral da ONU, Boutros Ghali, a afirmar que as eleições eram “justas e iriam continuar”. Trinta horas depois e graças a um intenso trabalho diplomático – no qual desempenharam um papel decisi-



vo, além da ONU, os presidentes do Zimbábue, Robert Mugabe, e da África do Sul, Nelson Mandela – o líder da Renamo decidiu voltar atrás.

Onumoz, um bom negócio – Moçambique não pode dar-se ao luxo de desprezar a ajuda da Onumoz, da ordem de um milhão de dólares diários (que abrange desde o financiamento da desmobilização das tropas de ambos os lados, até a doação de veículos e fundos para os novos partidos). Tampouco pode desprezar o significativo aumento na circulação de dinheiro, bens e mercadorias suscitado pelos milhares de observadores, policiais e militares internacionais que estão morando até nos rincões mais remotos de Moçambique.

Como se não bastasse, muitos moçambicanos com algum nível de formação estão empregados e recebendo salários de 20 a 40 vezes superiores aos normais (o mínimo é estipulado em míseros US\$ 15).

Centenas de organizações não-governamentais encontraram terreno propício para suas atividades de ajuda humanitária, e povoam o país do Rovuma ao Maputo, parafraseando o slogan da Rádio Moçambique.

Desmobilizados sim, desorganizados, nem tanto

Um dos pontos nevrálgicos de todo o processo de paz foi a desmobilização e desarmamento das tropas governamentais e da Renamo. Agrupados em campos controlados pelos militares da Onumoz e gradualmente desarmados, alguns ex-soldados foram reintegrados às novas Forças Armadas de Moçambique (FAM), enquanto a maioria voltou à vida civil, recebendo salários durante dois anos, além de diversos incentivos e doações em alimentos e roupas.

Evidentemente, o cronograma estipulado pela ONU e pelas partes (governo e Renamo) não foi seguido à risca várias vezes, em parte devido às difíceis condições de acesso de alguns campos, mas principalmente pela não-efetivação das promessas.

Colocando-se de lado os habituais e compreensíveis problemas logísticos, muitos soldados não receberam o que lhes foi prometido na íntegra – os víveres acabaram em quitandas na beira de estradas e o dinheiro “volatilizou” no meio do caminho (indo parar até nas mãos de oficiais militares, segundo algumas fontes).

O resultado não poderia ser outro: em meados de julho, em Chibabava, província de Sofala (berço da Renamo), 1.000 km ao norte da capital, um grupo de soldados desmobilizados bloqueou a Estrada Nacional 1, que liga a capital Maputo ao resto do país, na altura da entrada de Dombe, outro quartel-general da Renamo. Cerca de 300 pessoas foram mantidas como reféns, inclusive oficiais da Civpol, a polícia civil internacional, e diversos militares da Onumoz. Os soldados pediam comida, água e principalmente a sua imediata desmobilização, dadas as condições bastante precárias vividas sob as tendas, em lugar ermo e desolado.

Após três angustiantes dias, e graças à intervenção da Onumoz, a situação normalizou-se e os desmobilizados viram atendidas as suas reivindicações, mas o exemplo espalhou-se como fogo na palha.

Dias após os incidentes de Dombe, como ficaram conhecidos, nova manifestação bloqueava a mesma estrada, na zona de Muhalazi (15 km ao norte de Maputo), pelos mesmos motivos: desmobilização rápida, comida e dinheiro. No dia seguinte, o circo pegava fogo na Matola, subúrbio de Maputo. Desta vez, tiros ao ar vindos da 6ª Brigada de Tanques das forças governamentais causaram um “autêntico pandemônio”, como cita o jornal governista *Notícias*. Saques e pilhagens completaram o cenário.

Revoltas deste tipo se repetiram em todo o país, em especial em Maputo – a estrada para Namaacha e para a Suazilândia está mais perigosa do que nunca – e em Quelimane, capital da populosa província da Zambézia, onde se registraram mortes em distúrbios semelhantes. Esses incidentes deixam pairando no ar uma nuvem de incertezas quanto ao futuro de paz que a maioria do povo deseja.

Bloqueios de estrada tornaram-se rotina em Sofala ou Tete e em Quelimane ocorreu uma situação *sui generis*: um bando armado autodenominado “Naparama” invadiu a cidade, saqueando lojas e causando pânico, logo reprimido a tiros de metralhadora pela Polícia Especial Moçambicana. Motivo: querem receber o mesmo tratamento dado às tropas do governo e da Renamo...

O certo é que tamanho contingente desmobilizado – 80 mil homens – precisa de trabalho ou algum tipo de ocupação, constituindo-se uma ameaça à segurança interna do país. Por isso, continuam-se encontrando pelas ruas e subúrbios de Maputo cadáveres calcinados de algum ladrão, com um pneu embebido de gasolina como “colar”, queimado vivo pela própria população.

Outras organizações aproveitam o momento e atacam com intenções menos assistenciais e mais “espirituais”: do Brasil veio a Igreja Universal do Reino de Deus, do controvertido Bispo Macedo, fechando os poucos cinemas ainda de pé após 20 anos de abandono. Diversas seitas e dissidências da Igreja católica disputam as mentes moçambicanas no espaço aberto pela chegada da paz, lado a lado com os muçulmanos – estes sempre em expansão, principalmente ao norte e centro do país. A *mudjuca*, variação da umbanda e candomblé, mantém bravamente acesa a chama e a memória dos antepassados em frenéticos batuques noite adentro.

Economia ainda dependente – Sem dúvida alguma, dois anos de paz significaram um alívio nas combalidas estruturas econômicas do país. Com a ajuda de financiamentos externos, diversas empresas retomam o caminho do desenvolvimento, mas o afluxo de capital ainda não foi suficiente para recuperar, por exemplo, a indústria da castanha de caju, tradicional produto de exportação.

Em geral, os principais projetos agrícolas carecem de apoio ou continuidade, fato dramático para um país com mais de 80% de sua população baseada no campo. Mas, à medida que a vida se normaliza, as *machambas* (hortas familiares ou comunitárias) substituem rapidamente pântanos e regiões abandonadas. O retorno das pessoas aos seus lugares de origem dá sempre lugar ao surgimento de novos espaços produtivos.

Como dados complementares para se entender melhor o Moçambique atual, assinale-se que as Linhas Aéreas de Moçambique já são controladas pela Air France, mas ainda é incerto o futuro do cobijado carvão de Moatize, a maior mina de carvão mineral a céu aberto do mundo. Nele está interessada, entre outras, a companhia brasileira Vale do Rio Doce. Nas telecomunicações, a gigante Motorola (EUA) instala redes de radiocomunicadores, mais adaptados à realidade do país (e mais baratos) do que telefones, e a TVM (televisão estatal de Moçambique) chegou finalmente à terceira cidade do país, Nampula. Por sua vez, os jovens querem aprender inglês na busca de melhores oportunidades, seja no Zimbábue ou na África do Sul.